

Lutas sociais e desenho societal socialista no Brasil dos anos 90

RICARDO ANTUNES*

I

O capitalismo contemporâneo, com a configuração que vem assumindo nas últimas décadas, acentuou sua lógica destrutiva, onde se desenham algumas de suas tendências que têm afetado fortemente o mundo do trabalho. O padrão de acumulação capitalista, estruturado sob o binômio taylorismo/fordismo, vem sendo crescentemente alterado, mesclado e em alguns casos até mesmo substituído pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas, das quais a chamada acumulação flexível e o modelo japonês ou toyotismo são exemplos.

De maneira sintética, entendemos o binômio fordismo/taylorismo como sendo expressão do sistema produtivo e seu respectivo processo de trabalho que dominou a grande indústria capitalista ao longo de boa parte do século XX, fundado na produção em massa, responsável por uma produção mais homogeneizada. Este binômio caracterizou-se pela *mescla* da *produção em série fordista* com o *cronometro taylorista*, além de fundar-se no trabalho parcelar e fragmentado, com uma linha demarcatória nítida entre *elaboração* e *execução*. Desse processo produtivo e de trabalho centrado na grande indústria concentrada e verticalizada expandiu-se o *operário-massa*, o trabalhador coletivo das grandes empresas fortemente hierarquizadas.

Do mesmo modo, o *welfare State*, que deu sustentação ao modelo social-democrático e conformava o aparato político, ideológico e contratualista da produção fordista, em vários países centrais, vem também sendo solapado pela desregulamentação neoliberal, privatizante e anti-social. Tendo na reestruturação produtiva do capital a sua base material, o projeto neoliberal assumiu formas singulares e fez com que diversos

*Professor do Departamento de Sociologia da Unicamp.

países capitalistas reorganizassem seu mundo produtivo, procurando combinar elementos do ideário neoliberal e dimensões da reestruturação produtiva do capital. Cada vez mais próxima da agenda neoliberal, os diversos governos social-democratas do Ocidente, tem dado enormes exemplos de compatibilização e mesmo defesa deste projeto. De Felipe Gonzales a Mitterrand, chegando também ao *New Labour* de Tony Blair, no Reino Unido, o esgotamento do projeto social-democrático clássico evidencia-se, metamorfoseando-se num programa que incorpora elementos básicos do neoliberalismo, com um verniz cada vez mais tênue da era contratualista da social-democracia

Foi neste contexto que o processo de recuperação capitalista, iniciado no pós-45 no Japão, emergiu como um receituário com força crescente no mundo ocidental a partir de meados dos anos 70, como uma tentativa de recuperação *capitalista* da *crise estrutural* que então se desenhava nos principais países capitalistas centrais. Tendo sido responsável por uma retomada vigorosa do capitalismo no Japão, o toyotismo apresentava-se então como o mais estruturado receituário produtivo oferecido pelo capital, como um possível remédio para a crise. O toyotismo ou o “modelo japonês” pode ser entendido, resumidamente, como uma forma de organização do trabalho que nasce a partir da fábrica Toyota, no Japão, no pós-Segunda Guerra, sendo que ela se diferencia (em maior ou menor intensidade) do fordismo basicamente seguintes traços:

- 1) é uma produção mais diretamente vinculada aos fluxos da demanda;
- 2) é variada, bastante heterogênea e diversificada;
- 3) fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariada e flexibilidade de funções, na redução das atividades *improdutivas* dentro das fábricas e na *ampliação e diversificação das formas de intensificação da exploração do trabalho*;
- 4) tem como princípio o *just in time*, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção e funciona segundo o sistema de *kanban*, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque, que no toyotismo, devem ser mínimos. Enquanto na fábrica fordista cerca de 75% era produzido no seu interior, na fábrica toyotista somente cerca de 25% é produzido no seu interior. Ela *horizontaliza* o processo produtivo e transfere a “terceiros” grande parte do que anteriormente era produzido dentro dela.

A falácia da “qualidade total” passa a ter papel de relevo no processo produtivo. Os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ) proliferaram, constituindo-se como grupos de trabalhadores que são incentivados pelo capital para discutir o trabalho e seu desempenho, com vistas a melhorar a produtividade e lucratividade da empresa. Em verdade, é a nova forma

da qual o capital se utiliza para apropriar-se do *savoir faire intelectual* do trabalho. O *despotismo taylorista* torna-se então mesclado com a *manipulação* do trabalho, com o “envolvimento” dos trabalhadores, *através de um processo ainda mais profundo de interiorização do trabalho alienado (estranhado)*. O operário deve pensar e fazer *pelo e para* o capital, o que aprofunda (ao invés de abrandar) a subordinação do trabalho ao capital. No Ocidente, os CCQs têm variado quanto à sua implementação, dependendo das especificidades e singularidades dos países em que eles são implementados.

Esta *via particular de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo japonês* mostrou-se, para o Ocidente, como uma alternativa possível de ser incorporada pelo capital, com *mais* ou *menos* modificações em relação ao seu projeto fordista original, variando em função das condições particulares da cada país e da própria vitalidade do fordismo. E foi com base em vários experimentos do capital, da via japonesa à experiência dos Estados Unidos (Califórnia), do norte da Itália à experiência sueca, entre tantas outras, *mas tendo o toyotismo como o seu projeto mais ousado*, que o capital redesenhou seu processo produtivo, mesclando estes novos elementos ao seu padrão produtivo fordista anterior.¹ Pelo próprio *telos* que conduz estas tendências que, em verdade, constituíam-se em respostas do capital à sua própria *crise estrutural* (caracterizada pela sua tendência depressiva contínua e aprofundada²), acentuaram-se os elementos destrutivos que presidem sua lógica. Quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência intercapitalista, mais nefastas são suas consequências, das quais, como acima dissemos, duas manifestações são particularmente virulentas e graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda era moderna, da força humana que trabalha, da qual o *desemprego estrutural* é o maior exemplo; e a degradação crescente, que destrói o meio ambiente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para o processo de valorização do capital.

1. Entre tantos textos, sobre as mutações recentes no processo produtivo e suas consequências no interior da classe trabalhadora, pode-se consultar Ash Min, (ed.), *Post-fordism a reader*, Oxford, Blackwell, 1996; Eurenice Lima, *A Construção da obediência (O processo de trabalho no toyotismo e no Japão)*, dissertação de mestrado em Sociologia do IFCH-Unicamp, 1996; Ricardo Antunes, *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*, São Paulo, Cortez/Unicamp, 1998, 5ª edição, David Harvey, *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1992 e Thomas Gounet, 1991 “Luttes concurrentielles et stratégies d’accumulation dans l’industrie automobile”, *Etudes Marxistes* 10. Bruxelas e o excelente balanço crítico presente no polêmico livro de Alain Bihr, *Da ‘Grande Noite’ à alternativa: O movimento operário europeu em crise*, Coleção *Mundo do Trabalho*, São Paulo, Boitempo, 1998.

2. Cf. István Mészáros, *Beyond capital*, Londres, Merlin Press, 1995 e François Chesnais, *A mundialização do capital*, São Paulo, Xamã, 1996.

Trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental “sociedade do descartável”, que joga fora tudo que serviu como “embalagem” para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se e agilizando-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital.

Neste cenário, caracterizado por um tripé que domina o mundo (Estados Unidos e o seu Nafta, ainda claramente hegemônicos, econômica, política e ideologicamente, mas tendo próximos a Alemanha que lidera a Europa unificada, e o Japão, à frente dos demais países asiáticos), quanto mais um dos pólos da tríade se fortalece, mais os outros se ressentem e se debilitam. Veja-se, por exemplo, a atual crise que se intensifica no Japão e nos países asiáticos e cujo potencial de propagação é avassalador. No embate cotidiano que empreendem para se expandir pelas partes do mundo que interessam e também para co-administrar as suas situações mais explosivas, em suma, para disputar e ao mesmo tempo gerenciar as crises, acabam por acarretar ainda mais destruição e precarização. O vôo livre, parasitário e destrutivo dos capitais voláteis é expressão clara do *caráter estrutural da crise contemporânea*.

A América Latina se “integra” à chamada mundialização, destruindo-se socialmente. Os níveis de indignação social falam por si só. Da Argentina ao México, passando pelo Peru do pequeno bonaparte Fujimori, isso sem falar do Brasil de FHC, mescla pomposa da pequenez fujimorista com uma pitada jocosa de “nobreza”, inspirada na dama de ferro do neoliberalismo inglês, no thatcherismo, que o consolidou como o *príncipe do servilismo ao grande capital*. Na Ásia, a enorme expansão se dá às custas de uma brutal superexploração do trabalho, de que a greve dos trabalhadores da Coreia do Sul, em 1997, é uma firme denúncia. Superexploração que atinge também profundamente mulheres e crianças. Da África, o capital já não quer mais quase nada. Só interessa a sua parte rica...

O que dizer de uma forma de sociabilidade que desemprega ou precariza cerca de 1 bilhão de pessoas, *algo em torno de um terço da força humana mundial que trabalha?* Isso porque o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode *diminuir* o trabalho vivo, mas não *eliminar-lo*. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extinguí-lo.

Esta contextualidade, cujos problemas mais agudos aqui somente indicamos, teve conseqüências enormes no mundo do trabalho. Podemos aqui tão-somente indicar as mais importantes:

1) diminuição do operariado manual, fabril, “estável”, típico do binômio taylorismo/fordismo e da fase de expansão da indústria verticalizada e concentrada;

2) aumento acentuado do *novo proletariado*, das inúmeras formas de *subproletarização ou precarização do trabalho*, decorrentes da expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, e que tem-se intensificado em escala mundial, tanto nos países do Terceiro Mundo, como também nos países centrais;

3) aumento expressivo do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora, também em escala mundial, aumento este que tem suprido principalmente (ainda que a ele não se restrinja) o espaço do trabalho precarizado, subcontratado, terceirizado, *part-time*, etc;

4) enorme expansão dos assalariados médios, especialmente no “setor de serviços” que, inicialmente aumentaram em ampla escala, mas que vem presenciando também níveis de crescentes de desemprego;

5) exclusão dos trabalhadores jovens e dos trabalhadores “idosos”, segundo a definição do capital (em torno de 40 anos) do mercado de trabalho dos países centrais;

6) intensificação e superexploração do trabalho, com a utilização brutalizada do trabalho dos imigrantes, dos negros, além da expansão dos níveis de trabalho infantil, sob condições criminosas, em tantas partes do mundo, como Ásia, América Latina, entre outras;

7) há, em níveis explosivos, um processo de *desemprego estrutural* que, se somado ao trabalho precarizado, *part-time*, temporário, etc., atinge cerca de umterço da forma humana mundial que trabalha;

8) Há uma expansão do que Marx chamou de *trabalho social combinado*,³ em que trabalhadores de diversas partes do mundo participam do processo de produção e de serviços. O que, é evidente, não caminha no sentido da eliminação da classe trabalhadora, mas da sua complexificação, utilização e intensificação de maneira ainda mais diversificada, acentuada e precarizada, acentuando a necessidade de uma estruturação *internacional* dos trabalhadores para confrontar o capital. Portanto, a classe trabalhadora *fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se* ainda mais.⁴

Estas conseqüências no interior do mundo do trabalho evidenciam que, sob o capitalismo, não se constata o fim do *trabalho* como medida de *valor*, mas uma mudança *qualitativa*, dada, *por um lado*, pelo peso

3. Karl Marx, *Capítulo inédito (VI)*, São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1978.

4. Cf. Antunes, op. cit.

crescente da sua dimensão mais qualificada, do trabalho multifuncional, do operário apto a operar com máquinas informatizadas, da *objetivação de atividades cerebrais*⁵ e, por outro lado, pela *intensificação* levada ao limite das formas de exploração do trabalho, presentes e em expansão no *novo proletariado*, no *subproletariado industrial e de serviços*, no enorme leque de trabalhadores que são explorados crescentemente pelo capital, não só nos países subordinados, mas no próprio coração do sistema capitalista. Tem-se, portanto, cada vez mais uma crescente *capacidade de trabalho socialmente combinada*, que se converte no *agente real* do processo de trabalho total, o que torna, segundo Marx, absolutamente *indiferente* o fato de que a função de um ou outro trabalhador seja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto.⁶ E, ao invés do fim do *valor-trabalho*, pode-se constatar uma inter-relação complexificada na relação entre *trabalho vivo e trabalho morto*, entre *trabalho produtivo e improdutivo*, entre *trabalho material e imaterial*, acentuando ainda mais as formas de extração de mais valia *relativa e absoluta*, que se realiza em escala ampliada e mundializada.

Estes elementos — aqui somente indicados em suas tendências mais genéricas —, repetimos, não possibilitam conferir estatuto de validade às teses sobre o *fim do trabalho* sob o *modo de produção capitalista*. O que se evidencia ainda mais quando se constata que dois terços da força de trabalho é parte constitutiva dos países do chamado Terceiro Mundo (eufemisticamente chamados de “emergentes”), nas quais as tendências anteriormente apontadas têm, inclusive, um ritmo bastante *particularizado e diferenciado*. Restringir-se à Alemanha ou à França e, a partir daí, fazer *generalizações e universalizações* sobre o *fim do trabalho* ou da *classe trabalhadora*, desconsiderando o que se passa em países como Índia, China, Brasil, México, Coreia do Sul, Rússia, Argentina, etc, para não falar do Japão, configura-se como um equívoco de grande significado. Vale ainda acrescentar que a tese do fim da classe trabalhadora, mesmo quando restrita aos países centrais é, em nossa opinião, desprovida de fundamentação, tanto empírica quanto analítica. Uma noção *ampliada* de trabalho, que leve em conta seu caráter multifacetado, é forte exemplo deste equívoco.⁷

5. A expressão é tomada de Jean Lojkine, *A revolução informacional*, São Paulo, Ed. Cortez, 1995. Ver também Simone Wolf, *Informatização do trabalho e reificação: uma análise à luz dos programas de qualidade total*, dissertação de mestrado em Sociologia do IFCH/Unicamp, 1998.

6. Marx, op. cit.

7. Ver, por exemplo, a coletânea organizada por Jacques Bidet e Jacques Texier *La crise du travail*, Paris, PUF, 1995. Para o caso inglês, ver os artigos de Huw Beynon (que trata das mutações no mundo do trabalho) e John McIlroy (que trata das transformações recentes do sindicalismo durante a era Thatcher), ambos no livro *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: a reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil*, Ricardo Antunes (org.), Coleção *Mundo do Trabalho*, São Paulo, Boitempo, 1997.

Isso sem mencionar o fato de que a eliminação do trabalho e a generalização desta tendência sob o capitalismo contemporâneo — nele incluído o enorme contingente de trabalhadores do Terceiro Mundo — suporia a destruição da própria *economia de mercado*, pela incapacidade de integralização do processo de acumulação de capital, uma vez que os robôs não poderiam participar do mercado como consumidores. A simples sobrevivência da economia capitalista estaria comprometida, sem falar em tantas outras conseqüências sociais e políticas explosivas que adviriam desta situação.⁸ Tudo isso evidencia que é um equívoco pensar na *desaparição* ou *fim do trabalho enquanto perdurar a sociedade capitalista produtora de mercadorias* e — o que é fundamental — também não é possível perspectivar nenhuma possibilidade de eliminação da *classe-que-vive-do-trabalho*⁹ *enquanto forem vigentes os pilares constitutivos do sistema de metabolismo societal do capital*.¹⁰

A imprescindível eliminação do trabalho assalariado, do trabalho fetichizado e estranhado (alienado) e a criação dos *indivíduos livremente associados* está, portanto, indissolavelmente vinculada à necessidade de eliminar *integralmente* o capital e o seu *sistema de metabolismo social* em todas as suas formas. Se o fim do trabalho assalariado e fetichizado é um imperativo societal decisivo e ineliminável, isto não deve, entretanto, impedir um estudo cuidadoso da classe trabalhadora hoje, bem como desenhar as suas principais metamorfoses. Assume especial importância a forma pela qual estas transformações acima resumidas vêm afetando o *movimento social e político dos trabalhadores* (nele incluído o movimento sindical e partidário), especialmente em países que se diferenciam dos

8. Cf. Ernest Mandel, 1986 “Marx, la crise actuelle et l’avenir du travail humain”, *Quatrième Internationale*, 20, Montreuil/França, 1986.

9. A expressão *classe-que-vive-do-trabalho* é utilizada aqui como *sinônimo* de *classe trabalhadora*, isto é, *a classe dos trabalhadores/trabalhadoras que vivem da venda da sua força de trabalho*. Pelo que dissemos acima, ainda que de maneira sintética, ao contrário de autores que defendem o fim do trabalho e o fim da classe trabalhadora, esta expressão pretende *ênfaticamente* o sentido contemporâneo da classe trabalhadora (e a conseqüente centralidade do trabalho). Nesse sentido, a expressão engloba: 1) todos aqueles/as que vendem sua força de trabalho, incluindo tanto o trabalho *produtivo* quanto o *improdutivo* (no sentido dado por Marx); 2) inclui os assalariados do setor de serviços e também o proletariado rural; 3) inclui o *subproletariado*, proletariado precarizado, sem direitos e também os trabalhadores desempregados, que compreendem o exército industrial de reserva e são postos em disponibilidade crescente pelo capital, nesta fase de *desemprego estrutural*; 4) *exclui*, naturalmente, os gestores e altos funcionários do capital, que recebem rendimentos elevados ou vivem de juros. Essa expressão incorpora integralmente a idéia marxiana do *trabalho social combinado*, tal como aparece no *Capítulo VI (inédito)*, à qual nos referimos acima. Ver Ernest Mandel, op. cit. No presente, estamos concluindo outra fase de nossa pesquisa, a ser publicada sob a forma de livro, com título ainda não definido, onde desenvolvemos mais detidamente esta questão.

10. Cf. Mészáros, op. cit.

países capitalistas centrais. Se estas transformações são eivadas de significados e conseqüências para a classe trabalhadora e seus *movimentos sociais, sindicais e políticos* nos países capitalistas avançados, também o são em países *intermediários e subordinados*, porém dotados de relevante *porte industrial*, como é o caso do Brasil.

É sobre *alguns dos principais* desafios que se colocam para o *movimento social dos trabalhadores*, com ênfase para o denominado *novo sindicalismo*, que trataremos na parte seguinte deste artigo.

II

O capitalismo brasileiro, particularmente seu padrão de acumulação industrial desenvolvido desde meados da década de 50 e intensificado no período posterior ao Golpe de 1964, tem uma estrutura produtiva *bifronte* onde, de um lado, estrutura-se a produção de bens de consumo duráveis, como automóveis, eletrodomésticos, etc, para um mercado interno *restrito e seletivo*, composto pelas classes dominantes e parcela significativa das classes médias, especialmente seus estratos mais altos. De outro lado, tem-se a produção para exportação, não só de produtos primários, mas também de produtos industrializados de consumo. O rebaixamento crescente dos salários dos trabalhadores possibilitou níveis de acumulação que atraíram fortemente o capital monopolista. Desse modo, a expansão capitalista industrial sustentou-se (e ainda se sustenta) num processo de *superexploração do trabalho, dado pela articulação de baixos salários, uma jornada de trabalho prolongada (nos períodos de ciclo expansionista) e de fortíssima intensidade, dentro de um padrão industrial significativo para um país subordinado*. Este padrão de acumulação desenvolveu-se com muita força, especialmente ao longo das décadas de 50 a 70.¹¹

Durante os anos 80 este processo começou a sofrer as *primeiras* mudanças. Ainda que em seus traços básicos o padrão de acumulação e seu “modelo econômico” permanecessem o mesmo, foi possível presenciar algumas mutações *organizacionais e tecnológicas* no interior do processo produtivo e de serviços, *ainda que evidentemente num ritmo muito mais lento do que aquele experimentado pelos países centrais*. Isso porque, até então, o Brasil ainda estava relativamente *distante* do processo de reestruturação produtiva do capital e do projeto neoliberal, em curso acentuado nos países capitalistas centrais.

A partir de 1990, com a ascensão de Fernando Collor e depois com Fernando Henrique Cardoso, este processo intensificou-se sobremaneira,

11. Aqui retomamos pontos que aparecem em nosso texto “Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro”, em Ricardo Antunes (org.), op. cit.

com a implementação de inúmeros elementos que reproduzem, nos seus traços essenciais, o receituário *neoliberal*. Por isso, no estágio atual a reestruturação produtiva do capital no Brasil é mais expressiva e seus impactos recentes são mais significativos. Combinam-se processos de *downsizing* das empresas, um enorme enxugamento e aumento das formas de superexploração da força de trabalho, verificando-se também mutações no processo tecnológico e informacional. A flexibilização, a desregulamentação e as novas formas de gestão produtiva estão presentes em grande intensidade, indicando que o fordismo, *ainda dominante*, também vem-se mesclando com novos processos produtivos, com as formas de acumulação flexível e vários elementos oriundos do chamado toyotismo, do modelo japonês, que configuram as tendências do capitalismo contemporâneo.¹²

É verdade que a inexistência de uma força de trabalho “qualificada” ou *multifuncional*, no sentido que lhe é dado pelo capital (apta a operar com maquinaria informatizada) pode se constituir, *em alguns ramos produtivos*, como elemento com potencial para obstaculizar em parte o avanço capitalista. Mas é decisivo enfatizar que *a combinação obtida pela superexploração da força de trabalho e sua baixa remuneração, com alguns padrões produtivos e tecnológicos mais avançados*, constitui-se elemento central para a inversão produtiva de capitais. Na verdade, para os capitais produtivos interessa a *confluência de força de trabalho “qualificada” para operar com os equipamentos microeletrônicos, bem como a existência de padrões de sub-remuneração e exploração intensificada, além de condições plenas de flexibilização e precarização da força de trabalho*. Em síntese, a vigência da *superexploração do trabalho*, combinando a extração da *mais valia relativa* com a expansão das formas de extração da *mais valia absoluta*, isto é, combinando avanço tecnológico junto com prolongamento e intensificação do ritmo e da jornada de trabalho.

Este processo de reestruturação produtiva do capital, desenvolvido em escala mundial a partir dos anos 70, forçou uma redefinição do Brasil país em relação à divisão internacional do trabalho, bem como sua (re)inserção junto ao sistema produtivo global do capital, numa fase em que o capital financeiro e improdutivo expande-se e também afeta

12. Ver Jacob Gorender, “Globalização, tecnologia e relações de trabalho”, *Estudos Avançados* 29, USP, 1997; Ricardo Antunes (org.), *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos...*, op. cit.; Francisco Teixeira e Manoel Oliveira (org.) *Neoliberalismo e reestruturação produtiva*, Fortaleza, Uece e São Paulo, Cortez, 1996; Maria da Graça Druck de Faria, *Terceirização: (Des)fordizando a fábrica*, Tese de doutorado em Ciências Sociais do IFCH-Unicamp, 1995 e Juliana Colli, *O façõnismo pelo avesso: Um estudo sobre as novas formas de organização do trabalho à façõn no ramo de tecelagem do Pólo Têxtil de Americana-SP*, dissertação de mestrado em Sociologia do IFCH/Unicamp, 1997.

fortemente o conjunto dos países capitalistas. Por certo, a conjugação destes experimentos mais *universalizantes*, aliados às condições *econômicas, sociais e políticas* que *particularizam* o Brasil, tem gerado fortes conseqüências no interior do seu movimento social, em particular junto aos movimentos operário e sindical.

Durante a década de 80, antes da acentuação destas tendências mais gerais, o *movimento sindical dos trabalhadores* (o *novo sindicalismo*) vivenciou um momento particularmente positivo e forte, que pode ser detectado quando se constata que:

1) houve um enorme movimento de greves, desencadeado pelos mais variados segmentos de trabalhadores, como os operários industriais (com destaque para os metalúrgicos), os assalariados rurais, os funcionários públicos e diversos setores assalariados médios, num vasto movimento que se caracterizou pela existência de greves *gerais por categoria* (como as dos bancários em 1995), greves *com ocupação de fábricas* (como a da General Motors, em São José dos Campos, em 1985, e a da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, em 1989),¹³ incontáveis greves *por empresas*, até a eclosão de *greves gerais nacionais*, como a de março de 1989, que atingiu cerca de 35 milhões de trabalhadores, constituindo-se na mais ampla e abrangente greve geral do país. No ano de 1987, por exemplo, houve um total de 2.259 greves, sendo que, em 1988, 63,5 milhões de jornadas de trabalho foram paralisadas;¹⁴

2) deu-se uma expressiva expansão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços, como bancários, professores, médicos, funcionários públicos etc, que cresceram significativamente durante este período e se organizaram em importantes sindicatos. Já no final da década de 80 totalizavam-se 9.833 sindicatos no Brasil, volume que em meados dos anos 90, atingiu a casa dos 15.972 sindicatos, incluindo sindicatos urbanos e rurais, patronais e de trabalhadores. Somente os sindicatos urbanos somavam 10.779, dos quais 5.621 eram de trabalhadores assalariados.¹⁵ Verificou-se um aumento expressivo do número de sindicatos de trabalhadores, onde despontam não só a presença de sindicatos vinculados ao operariado industrial, mas também a presença organizacional dos setores assalariados médios, configurando, inclusive, um aumento nos níveis de sindicalização do país. Em 1996 estavam contabilizados 1.335 sindicatos de servidores públicos, 461 sindicatos

13. Ver Edilson Graciolli *Um caldeirão chamado CSN (Resistência operária e violência militar na greve em 1988)*, Uberlândia, Edufu, 1997.

14. Ver Ricardo Antunes, *O novo sindicalismo no Brasil*, Campinas, Pontes, 1995.

15. Cf. dados do Ministério do Trabalho em *O Estado de S. Paulo*, 8/9/1996; b3.

vinculados aos chamados “profissionais liberais” e 572 vinculados à trabalhadores autônomos;¹⁶

3) houve continuidade do avanço do sindicalismo rural, em ascensão desde os anos 70, permitindo uma reestruturação organizacional dos trabalhadores do campo. No ano de 1996, existiam 5.193 sindicatos rurais, dos quais 3.098 eram de trabalhadores. O sindicalismo rural desenvolveu-se com forte presença da esquerda católica, que influenciou, posteriormente, o nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST);

4) deu-se o nascimento de centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983 e inspirada, na sua origem, num sindicalismo classista, autônomo e independente do Estado. Herdeira das lutas sociais e operárias das décadas anteriores, especialmente dos anos 70, a CUT resultou da confluência entre o *novo sindicalismo*, nascido no *interior* da estrutura sindical daquele período (do qual o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo é exemplo) e o movimento das *oposições sindicais* (de que são exemplos o Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo — Momsp, e a Oposição Metalúrgica de Campinas), que atuavam *fora* da estrutura sindical e combatiam seu sentido estatal, subordinado, atrelado e verticalizado;¹⁷

5) procurou-se, ainda que de maneira insuficiente, avançar nas tentativas de organização nos locais de trabalho, debilidade crônica do nosso movimento sindical, através da criação de inúmeras comissões de fábricas, entre outras formas de organização; entre os exemplos de comissões *sindicais* de fábricas do ABC, pode-se citar a da Ford, vinculada ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e entre as comissões *autônomas* de São Paulo, a da Asama, sob influência do Momsp;

6) efetivou-se ainda um avanço significativo na luta pela autonomia e liberdade dos sindicatos em relação ao Estado, tanto através do combate ao Imposto Sindical, como à estrutura confederacional, cupulista, hierarquizada, com fortes traços corporativistas, ambos instrumentos usados pelo Estado para subordinar e atrelar os sindicatos. Ainda que esta batalha esteja *distante* de eliminar os traços ainda fortes que mantêm a estrutura sindical, particularmente durante os anos 80, as conquistas foram bastante relevantes.

16. *Idem*. Ver também Arnaldo Nogueira, *Trabalho e sindicalismo no Estado brasileiro*, tese de doutorado em Ciências Sociais do IFCH/Unicamp, 1996.

17. Um resgate destas trajetórias da oposição sindical pode ser encontrado em Magali Possan A malha entrecruzada das ações: a experiência de organização dos trabalhadores metalúrgicos de Campinas (1978/84), Campinas, Centro de Memória/Unicamp, 1997 e Arnaldo Nogueira A modernização conservadora do sindicalismo brasileiro (A experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, São Paulo, Educ/Fapesp, 1998.

O conjunto destes elementos anteriormente indicados, entre outros que não foram mencionados, permite dizer que, ao longo da década de 80, houve um quadro nitidamente favorável para o *novo sindicalismo* (enquanto *movimento social dos trabalhadores*, com forte caráter de classe), que seguia em sentido contrário ao quadro de crise sindical já presente em vários países capitalistas avançados. Enquanto nos anos 80 o sindicalismo brasileiro caminhou em boa medida no *contrafluxo* das tendências críticas presentes no sindicalismo dos países capitalistas avançados, já nos últimos anos daquela década, entretanto, começavam a despontar as tendências econômicas, políticas e ideológicas que foram responsáveis, na década dos 90, pela inserção do sindicalismo brasileiro na onda regressiva.

As mutações no processo produtivo e na reestruturação das empresas, desenvolvidas *dentro de um quadro muitas vezes recessivo*, deslanchavam um processo de desproletarização de importantes contingentes operários, além da precarização e intensificação ainda mais acentuadas da força de trabalho, de que a indústria automobilística é um exemplo forte. Enquanto no ABC paulista existiam, em 1987, aproximadamente 200 mil metalúrgicos, em 1998 esse contingente diminuiu para menos de 120 mil, sendo que esta retração tem se intensificado enormemente. Em Campinas, outra importante região industrial no estado de São Paulo, existiam, em 1989, aproximadamente 70 mil operários industriais e em 1998 esse número havia sido reduzido para menos de 40 mil. Também expressiva tem sido a redução dos trabalhadores bancários, em função do ajuste dos bancos e do incremento tecnológico: enquanto em 1989 existiam mais de 800 mil bancários, em 1996 este número havia sido reduzido para 570 mil e esta tendência continua se acentuando.¹⁸

As propostas de desregulamentação, de flexibilização, de privatização acelerada, de desindustrialização tiveram, inicialmente no governo Collor e posteriormente no governo Fernando Henrique Cardoso, forte impulso, uma vez que, cada um a seu modo, adaptou-se e seguiu no essencial uma política de corte neoliberal. Paralelamente à retração da força de trabalho industrial, ampliou-se, também, o *subproletariado*, *os terceirizados*, *os subempregados*, ou seja as distintas modalidades do trabalhador precarizado. Coube ao governo FHC intensificar o processo de desmontagem dos parques direitos trabalhistas, construídos durante várias décadas de luta e ação dos trabalhadores.

Esta nova realidade arrefeceu e *tornou mais defensivo o novo sindicalismo* que se encontrava, de um lado, diante da emergência de um

18. Sobre as mutações no interior do trabalho assalariado bancário, ver os estudos de Liliana Segnini, *Mulheres no trabalho bancário*, São Paulo, Edusp, 1998 e Nise Jinkings, *O mister de fazer dinheiro (Automação e subjetividade no trabalho bancário)*, Coleção Mundo do Trabalho, São Paulo, Boitempo, 1995.

sindicalismo neoliberal, expressão da *nova direita*, sintonizada com a onda mundial conservadora, de que a Força Sindical (central sindical criada em 1991) é o melhor exemplo. E, de outro, diante da inflexão que vem ocorrendo no interior da CUT, inspirada pela corrente Articulação Sindical, que cada vez mais se aproxima dos modelos do sindicalismo europeu social-democrata. Tudo isso vem dificultando enormemente o avanço qualitativo da CUT, capaz de transitar de um período de resistência, como nos anos iniciais do *novo sindicalismo*, para um momento superior, de *elaboração de propostas econômicas alternativas, contrárias ao padrão de desenvolvimento capitalista aqui existente*, que pudessem contemplar prioritariamente o amplo conjunto que compreende nossa classe trabalhadora.

Neste caso, o desafio maior da CUT é articular a sua postura combativa anterior, com uma perspectiva *crítica e anticapitalista*, de nítidos *contornos socialistas, compatível com os novos desafios dos anos 90*. E, desse modo, dotar o *novo sindicalismo* dos elementos necessários para resistir aos influxos externos, à avalanche do capital, ao *ideário neoliberal*, no lado mais nefasto. E, de outro, resistir também à *acomodação social-democrática*, que apesar de sua crise no centro, vem aumentando fortemente seus laços políticos e ideológicos com o movimento sindical brasileiro. O sindicalismo contratualista, de tipo social-democrático, procura então apresentar-se cada vez mais como a *única alternativa* possível para se fazer o combate ao neoliberalismo. Porém, a ausência de perspectiva política e ideológica anticapitalista, faz com que ele cada vez acabe se aproximando da agenda neoliberal.¹⁹

Por tudo isso, o quadro crítico do sindicalismo brasileiro acentuou-se bastante ao longo dos anos 90. O sindicalismo da Força Sindical, com forte dimensão política e ideológica, preenche o campo sindical da nova direita, da preservação da ordem, da sintonia com o desenho do capital globalizado, que nos reserva o papel de país montador, sem tecnologia própria, sem capacitação científica, dependente totalmente dos recursos externos.

Na Central Única dos Trabalhadores, os desafios são de grande envergadura. Desenvolve-se, em seu núcleo dominante, uma postura de abandono de concepções socialistas e anticapitalistas, em nome de uma *acomodação dentro da ordem*. A defesa da política de “parceria”, das negociações com o patronato, das câmaras setoriais, da participação conjunta entre capital e trabalho, com vistas ao “crescimento do país”, tudo isso estrutura-se de acordo com o projeto e com a prática sindical

19. Ver a aguda e decisiva crítica ao *modelo social-democrático do movimento operário* em Bihr, op. cit.

social-democrática, do que vem resultando inclusive uma *diminuição crescente na vontade política de romper com os elementos persistentes da estrutura sindical atrelada ao Estado e sua conseqüente relativa adaptação a esta estrutura sindical de cúpula, institucionalizada e burocratizada, que caracterizou o sindicalismo brasileiro no pós-30.*

Os resultados desta postura sindical não têm sido nada animadores: quanto mais se participa *dentro da ordem*, menos se consegue preservar os interesses do mundo do trabalho. As “câmaras setoriais”, por exemplo, que se constituíam em bandeira programática da Articulação Sindical e foram concebidas como modelo para reestruturar o parque produtivo e aumentar empregos, depois de várias experiências, resultaram em enorme fracasso, contabilizando enormes perdas de postos de trabalho, como se pode constatar no caso da “câmara setorial” do ramo automobilístico do ABC paulista. Isso sem falar no significado político e ideológico desta postura, que levou o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo inclusive a concordar e defender uma menor tributação ao capital vinculado à indústria automobilística, como forma de dinamizar a indústria automotiva e com isso preservar empregos.²⁰

A participação da CUT, novamente através de seu núcleo dominante, na chamada Reforma da Previdência (em verdade, um processo de desmontagem dos parques direitos previdenciários no Brasil), durante o governo FHC, foi outra expressão do equívoco desta postura sindical e política. Esta postura teve impacto desmobilizador junto ao movimento sindical dos trabalhadores, que preparavam e organizavam ações de resistência e oposição à FHC e à sua *(contra)reforma da (im)previdência*.²¹

Nos setores claramente socialistas e anticapitalistas, que têm crescido em importância dentro da CUT, os desafios e as dificuldades são de grande envergadura. Mas tem sido possível presenciar importantes experiências como, por exemplo, a do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, que sempre se manteve contrário à participação nas câmaras setoriais, às negociações e aos pactos com o governo. Trata-se de um Sindicato importante, organizado em um forte centro industrial do Brasil, e que se estrutura como um *movimento sindical e social de base, classista e socialista*, de

20. Para uma análise da experiência das câmaras setoriais e do “sindicalismo participacionista” ver a recente literatura crítica presente em José de Lima Soares, *Sindicalismo no ABC Paulista: Reestruturação produtiva e parceria*, Brasília, Centro de Educação e Documentação Popular, 1998; Giovanni Alves, *Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo no Brasil*, tese de doutorado, IFCH/Unicamp e Andréa Galvão, *Participação e fragmentação: a prática sindical dos metalúrgicos do ABC*, dissertação de mestrado em Ciência Política do IFCH/Unicamp, 1996.

21. Sobre os limites da previdência social no Brasil ver Rosa M. Marques, *A proteção social e o mundo do trabalho*, São Paulo, Bernal, 1997.

peso relevante tanto no interior da CUT, em oposição à inflexão social-democrática de seu núcleo dominante, quanto no impulsionamento no sentido de uma ação com contornos mais acentuadamente de base e socialista no interior do conjunto do sindicalismo brasileiro.²² Este mesmo desafio — o de pensar uma alternativa crítica e contrária às câmaras setoriais — tem pautado a atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, onde se situa a fábrica da General Motors, entre tantos outros sindicatos.

Do mesmo modo, vem sendo desenvolvido um esforço expressivo no sentido de *unificar e articular de maneira mais efetiva o conjunto de setores socialistas e anticapitalistas* no interior da CUT, especialmente a *Alternativa Sindical Socialista (AAS)*, o *Movimento por uma Tendência Socialista (MTS)*, entre outras tendências que atuam na Central. A *Corrente Sindical Classista (CSC)*, outra importante tendência que ampliou bastante sua base no interior da CUT, tem se posicionado como um *tertius*, pautando sua atuação ora por uma política mais próxima da esquerda, ora mais próxima da Articulação Sindical.

No Congresso Nacional da CUT, realizado em 1997, houve um crescimento dos setores de esquerda que ampliaram sua presença no interior da CUT, beneficiados em parte pela nova contextualidade das lutas sociais, dada especialmente pela ação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Este foi responsável, no início de 1997 (um ano após o bárbaro massacre e morte de muitos trabalhadores sem-terra ocorrido no Pará) *pelo mais importante ato popular de oposição ao governo FHC*. Através de passeatas que saíram de várias partes do país, passando por inúmeras cidades, onde realizavam-se atos pela luta pela terra e contra a política do governo FHC, até encontrarem-se e unificarem-se em Brasília, onde obrigaram o governo a recebê-los, em meio à uma pujante manifestação social e política de massa.

Esse novo quadro tem possibilitado visualizar, para os próximos anos, a retomada de ações sociais no Brasil num patamar talvez superior ao atual. Para isso, entretanto, é muito importante também uma clara definição do sindicalismo brasileiro recente. Ele se moldará a uma ação pactuada *dentro* da ordem, negocial e contratualista, como tem proposto o núcleo dominante no interior da CUT, através das “câmaras setoriais” ou da ênfase à participação negociada, nas “parcerias” com o capital, com vistas ao “crescimento”, “desenvolvimento”, “aumento de produtividade”, “incentivo à vinda de capitais estrangeiros”, etc, pontos estes claramente em sintonia e subordinados ideologicamente ao capital?

22. Ver Possan, op. cit.

Ou, ao contrário, conseguirão seus setores mais à esquerda, elaborar *conjuntamente com movimentos sociais e partidos políticos de perfil socialista*, uma alternativa *contra a ordem*, com claros contornos anticapitalistas? Na verdade, o desafio maior dos setores de esquerda da CUT, que têm maior proximidade com o MST, com as lutas sociais e as experiências sociais de base dos trabalhadores, será avançar na elaboração de um programa com um desenho alternativo e contrário ao atual, formulado sob a ótica dos trabalhadores, capaz de responder às reivindicações imediatas do mundo do trabalho, *mas tendo como horizonte uma organização societária fundada em valores socialistas e efetivamente emancipadores* e que não tenha ilusões quanto ao caráter destrutivo da lógica do capital.

O desafio maior esta, inicialmente, em gerar um desenho de organização societal que se inicie pela eliminação da *superexploração do trabalho* que, como vimos acima, particulariza também o capitalismo industrial brasileiro, cujo salário mínimo tem níveis degradantes, apesar da força e importância de seu parque produtivo em nosso país. Esse projeto deverá, em seus contornos básicos, iniciar a *desmontagem* do padrão de acumulação capitalista vigente, através de um conjunto de medidas que recusem uma *globalização* e uma *integração* impostas pela lógica do capital, *integradora para fora, para o capital e destrutiva e desintegradora para os trabalhadores*. Deverá realizar uma *reforma agrária ampla e radical*, contemplando os vários interesses *solidários e coletivos* dos trabalhadores e *despossuídos da terra*. Deverá impulsionar o patamar tecnológico brasileiro, mas em bases reais, com ciência e tecnologia de ponta desenvolvidas em nosso país e com formas de cooperação com países que tenham similitudes com o Brasil e cujo eixo do avanço tecnológico e científico seja voltado *prioritariamente* para o enfrentamento das carências mais profundas da nossa *classe trabalhadora*.

Deverá, ainda, controlar e coibir fortemente inúmeros setores monopólicos, contraditar a hegemonia do capital financeiro e limitar as formas de expansão e especulação do capital-dinheiro, incentivando, ao contrário, as formas de produção voltadas para as necessidades sociais da população trabalhadora, *para a produção de coisas socialmente úteis*. As fazendas e assentamentos coletivos, organizados pelo MST são exemplares, quando se pensa no universo agrário brasileiro, suas potencialidades e suas brutais carências, estas decorrentes da estrutura fundiária concentrada e especulativa e, quando produtiva, voltada centralmente para a exportação.

Um projeto com estes contornos, aqui somente indicados *em alguns poucos pontos*, será resultado da *articulação de experimentos sociais* de

base e reflexões coletivas. Ele poderá criar as condições necessárias, preliminares, para seu aprofundamento subsequente, então já dotado *de um maior sentido universalizante e socialista*, num espaço que *necessariamente* transborda o espaço nacional. Isto porque os experimentos do chamado “socialismo num só país” mostraram-se inteiramente fracassados. O desafio, portanto, é olhar para uma sociedade que vá *além do capital*, mas que tenha que dar também respostas imediatas para a barbárie que assola a vida cotidiana do ser social que trabalha. Em outras palavras, buscar a imprescindível articulação entre os interesses imediatos e uma ação estratégica de clara conformação anticapitalista, tendo como horizonte uma organização societária fundada nos valores socialistas e efetivamente emancipadores. O que recoloca uma vez mais a importância decisiva da criação de novas formas de organização internacional dos trabalhadores.

Além de participar ativamente na elaboração de um projeto com os contornos acima citados, de maneira articulada com os partidos de esquerda e com os movimentos sociais de base (tendo clareza de que seu *horizonte societal é para além do capital e da atual sociedade capitalista*), o sindicalismo de esquerda no Brasil encontra-se também frente a um conjunto de desafios *mais propriamente organizacionais* e que dizem respeito à própria sobrevivência dos sindicatos enquanto movimentos sociais de trabalhadores. Estes desafios são presenciados tanto pelo movimento sindical dos países subordinados, dotados de significativo porte econômico, social e político, como México, Argentina, Índia, Coréia do Sul, entre tantos outros, quanto pelo movimento sindical existente nos países centrais e que tem experimentado um quadro crítico muito acentuado.

O primeiro desafio, fundamental para a própria sobrevivência dos sindicatos, será *romper a enorme barreira social* que separa os trabalhadores “estáveis”, em processo franco de redução, dos trabalhadores em tempo parcial, precarizados, subproletarizados, em significativa expansão no atual cenário mundial. Devem organizar e auxiliar na auto-organização dos desempregados, ao invés de expulsá-los dos sindicatos pela imposição de cobrança de taxas de filiação ao sindicato a trabalhadores sem emprego que, obviamente, não podem pagar. É inaceitável que um trabalhador ou trabalhadora seja excluído do sindicato, porque foi expulso do mercado de trabalho pelo capital. *Devem empenhar-se fortemente na organização sindical ampliada dos trabalhadores hoje desorganizados*. Ou os sindicatos organizam a *classe trabalhadora em seu conjunto* ou estarão cada vez mais limitados e restritos a um contingente minoritário e parcial dos trabalhadores.

Os sindicatos devem ainda *reconhecer o direito de auto-organização* das mulheres-trabalhadoras, parte decisiva do mundo do trabalho e que

sempre estiveram excluídas do espaço sindical dominado pelos homens-trabalhadores. Devem articular as questões de *classe* com aquelas que dizem respeito ao *gênero*. Do mesmo modo, devem abrir-se para os jovens-trabalhadores, que também não têm encontrado eco às suas aspirações junto aos organismos sindicais; e também aos trabalhadores-negros, para os quais em geral o capital destina os trabalhos mais precarizados e com pior remuneração. Devem incorporar as *novas categorias de trabalhadores e trabalhadoras* que não têm tradição anterior de organização sindical e para os quais um sindicato *contemporaneamente classista, no horizonte do século XXI*, não deve virar as costas, se não quiser resignar-se ao âmbito restrito e cada vez menos numeroso dos “trabalhadores estáveis”. Os sindicatos devem ainda incorporar também aqueles amplos contingentes do *novo proletariado* que vende sua força de trabalho nas empresas de *fastfood*, nos McDonalds, etc., em tantas áreas onde se amplia o universo dos assalariados.

Os sindicatos devem romper radicalmente com todas as formas de *neocorporativismo* que privilegiam suas respectivas categorias profissionais e, conseqüentemente, *diminuem ou abandonam os seus conteúdos mais acentuadamente classistas*. Não falamos aqui somente do corporativismo de tipo estatal, tão forte no Brasil, México, Argentina, mas também de um *neocorporativismo societal*, em expansão no sindicalismo contemporâneo, que é excludente, parcializador, preservando e acentuando o caráter fragmentado da classe trabalhadora, em sintonia com os interesses do capital que procura cultivar o individualismo e a alternativa pessoal, contra os interesses solidários, coletivos e sociais. Do mesmo modo, deve eliminar qualquer resquício de tendências xenófobas, ultranacionalistas, de apelo ao racismo e de conivência com as ações contra os trabalhadores imigrantes, oriundos dos países subordinados.

É decisivo também para o sindicalismo de esquerda romper com a tendência crescente de *institucionalização e burocratização*, que tão fortemente tem marcado o movimento sindical em escala global e que o distancia das suas bases sociais, aumentando ainda mais o fosso entre as instituições sindicais e os movimentos sociais autônomos. A experiência dos Cobas (*Comitati di base*) que despontaram a partir da década de 80 na Itália, contra a moderação das centrais sindicais dominantes, bem como de tantas outras manifestações de base dos trabalhadores, como a pressão que exerceram na recente greve dos funcionários públicos franceses, em novembro/dezembro de 1995, contrapondo-se à moderação e adesão de algumas centrais sindicais, são exemplos importantes dessa imperiosa necessidade de retomar a base social dos sindicatos de esquerda e romper seu burocratismo e institucionalismo.

Também é fundamental reverter a tendência, desenvolvida a partir do toyotismo, hoje avançando em escala global, que consiste em reduzir o sindicato ao âmbito exclusivamente fabril, ao chamado sindicalismo de empresa, de parceria, mais vulnerável e atado ao comando patronal. As respostas dos sindicatos de esquerda devem ser de outro tipo: a empresa fordista era verticalizada e teve como resultado um sindicalismo também verticalizado. A empresa “toyotista”, que segue o receituário do “modelo japonês” é horizontalizada. Um sindicato verticalizado está impossibilitado de enfrentar os desafios de classe no capitalismo contemporâneo. Por isso, o sindicalismo deve horizontalizar-se, o que significa ser mais amplamente classista, contemporaneamente classista, incorporando o amplo conjunto que compreende a classe trabalhadora hoje, desde os mais “estáveis” até aqueles que estão no universo mais precarizado e “terceirizado”, na denominada “economia informal”, etc, ou estão entre os desempregados. O resgate do *sentido de pertencimento de classe* é hoje seu desafio mais decisivo.

Mesmo tendo claro que este elenco deve ser muito ampliado, há ainda outro desafio agudo e fundamental, que gostaria de aqui indicar, sem o qual a classe trabalhadora fica organicamente desarmada no combate ao capital: *ela deve romper a barreira, imposta pelo capital, entre luta sindical e luta parlamentar, entre luta econômica e luta política, articulando e fundindo as lutas sociais, extra-parlamentares, autônomas, que dão vida às ações de classe. Como o capital exerce um domínio extra-parlamentar,²³ é grave equívoco querer derrotá-lo com ações que se restrinjam ao âmbito da institucionalidade ou o privilegiem.* Os sindicatos e os movimentos sociais de trabalhadores devem procurar ampliar e fundir suas lutas sindicais e políticas, dando amplitude e abrangência às ações contra o capital e evitar de todo modo a disjunção, operada pelo capital e realizada também pela via social-democrática do sindicalismo e do movimento operário, entre a realização da luta econômica (efetivada pelos sindicatos) e a atuação político-parlamentar (de responsabilidade dos partidos). *Esta segmentação mecânica está completamente incapacitada para derrotar o sistema totalizante de domínio do capital.*

Torna-se imperioso, portanto, para os movimentos sociais dos trabalhadores, a necessidade de avançar na direção de um *desenho societal estruturado a partir da perspectiva do trabalho emancipado e contrário ao capital, com sua nefasta divisão social e hierárquica do trabalho.* Articular as ações que tenham como *ponto de partida dimensões concretas da vida cotidiana*, com os valores mais gerais, que possam possibilitar a

23. Mézáros, 1995.

realização de uma *vida autêntica, dotada de sentido*. É preciso ter como horizonte cada vez mais próximo a necessidade de alterar substancialmente a lógica da produção societal; esta deve ser prioritariamente voltada para produzir *valores de uso* e não *valores de troca*. Sabe-se que a humanidade teria condições de se reproduzir socialmente, em escala mundial, se a produção destrutiva (nela incluída a produção bélica) fosse eliminada, e se o resultado do *trabalho social* fosse voltado não para a lógica do mercado, *mas para a produção de coisas socialmente úteis. Trabalhando poucas horas por dia, numa forma de trabalho autodeterminado, o mundo poderia reproduzir-se, atendendo suas necessidades sociais fundamentais, de maneira não destrutiva. E o tempo livre, ampliado de maneira crescente, poderia, então, ganhar um sentido verdadeiramente livre e também ele autodeterminado.*

A produção de coisas socialmente úteis deve ter como critério o *tempo disponível* e não o *tempo excedente*, que preside a sociedade capitalista contemporânea. Com isso o trabalho, dotado de maior dimensão humana e societal, perderia seu caráter fetichizado e alienado (estranhado), tal como se manifesta hoje e, além de ganhar um sentido de auto-atividade, abriria possibilidades efetivas para um *tempo livre cheio de sentido além da esfera do trabalho*, o que é uma impossibilidade na sociedade regida pela lógica do capital. Até porque não pode haver tempo verdadeiramente livre erigido sobre trabalho coisificado. O “tempo livre” atualmente existente acaba sendo conduzido para o consumo de mercadorias, sejam ela materiais ou imateriais. O tempo fora do trabalho também está fortemente poluído pelo fetichismo da mercadoria.²⁴

Para que esta formulação, *aparentemente* mais abstrata, não fique desprovida de conteúdo concreto e real, é preciso partir do *interior da vida cotidiana* e intensificar as mutações e resistências que afloram nas manifestações de rebeldia e descontentamento dos seres sociais que vivem da venda de sua força de trabalho ou que estejam (temporariamente) excluídos deste processo pela lógica destrutiva que preside a sociedade contemporânea. Mas é fundamental que estas ações tenham, no seu sentido mais profundo, uma direção essencialmente contrária à lógica do capital e do mercado. A título de exemplo: a luta pela reforma agrária, exigida pelo mais importante movimento social no Brasil, o Movimento dos Sem-Terra, possibilita visualizar formas de produção com traços nitidamente coletivos, como são os assentamentos do MST. Ou ainda, a ação mundial dos trabalhadores pela redução da jornada ou do tempo de trabalho, sem redução salarial

24. Ver Valquíria Padilha, *Tempo livre e racionalidade econômica: um par imperfeito*, dissertação de mestrado em sociologia do IFCH/Unicamp, 1995.

e sem perda dos direitos sociais,²⁵ permite colocar no centro do debate a seguinte questão: *que sociedade se quer construir? O que e para quem se deve produzir?* O que possibilita (re)desenhar um projeto de organização societal radicalmente contrária ao capital.

As lutas sociais no Brasil, e em particular seu movimento sindical de esquerda, têm sido ao mesmo tempo parte e resultado das ações de classe que têm sido desencadeadas contra o capital. A greve dos trabalhadores públicos, na França, mostrou, por exemplo, como é possível *resistir* — e não *aderir* — ao neoliberalismo e suas intenções destrutivas. O mundo contemporâneo tem ainda presenciado várias formas de resistência e greves contra o capital. Podemos lembrar a confrontação desencadeada pelos 2 milhões de operários metalúrgicos da Coreia do Sul em 1997, ou a greve dos trabalhadores da *United Parcel Service*, em agosto de 1997, ou dos trabalhadores metalúrgicos da General Motors em 1998, ambas nos Estados Unidos, ou ainda a greve dos doqueiros em Liverpool, que durou mais de 2 anos, todas estas paralisações contrárias às tentativas de precarização do trabalho ou à perda de direitos adquiridos pelos trabalhadores. Ou ainda a explosão de Los Angeles em 1992, a Rebelião de Chiapas no histórico 1º de janeiro de 1994, que foram manifestações de repulsa dos negros ou dos camponeses indígenas, dos trabalhadores da cidade e do campo, *contra as brutais discriminações étnicas, de cor e de classe* que caracterizam a (des)sociabilidade contemporânea, contra as degradações crescentes das condições de vida e trabalho de homens e mulheres.

Gostaria de concluir com o exemplo do MST, que dá concretude ao que acima tematizamos. A sua emergência, como o mais importante *movimento social e político* do Brasil atual, fazendo *renascer e ressurgir* a luta dos trabalhadores do campo e convertendo-a no centro da luta política brasileira e da luta de classes, é o nosso mais significativo exemplo da força e da necessidade de retomada, em bases novas, da *centralidade das lutas sociais* no Brasil. O MST, em verdade, tem se constituído no principal catalizador e impulsionador das lutas sociais recentes e, *pelos laços fortes que mantém com setores sociais urbanos*, tem possibilitado visualizar a retomada de ações sociais de massa no Brasil, *num patamar possivelmente superior àquele vivenciado nos últimos anos*. Sua importância e peso decorrem do fato de que:

1) o centro da atuação do MST é voltado para o *movimento social* dos trabalhadores do campo e não para a ação *institucional* ou *parlamentar*. A segunda (a ação institucional) é consequência da primeira (a luta social) e nunca o contrário;

25. O que, vale lembrar, é muito diferente de aceitar a flexibilização da jornada de trabalho, que tanto pode diminuir quanto aumentar o tempo de trabalho, dependendo das condições de mercado, o que se insere perfeitamente dentro do projeto de flexibilização do capital.

2) embora seja um movimento de trabalhadores rurais, ele tem incorporado os trabalhadores excluídos da cidade, que retornam para o campo (nessa inversão do fluxo migratório no Brasil), expulsos pela “modernização produtiva” das indústrias, resultando numa síntese que *aglutina e articula experiências e formas de sociabilidade oriundas do mundo do trabalho rural e urbano*;

3) resulta da fusão da experiência da esquerda católica, vinculada à Teologia da Libertação e às comunidades de base da Igreja, com militantes formados ideologicamente dentro do ideário e da práxis de inspiração marxista, retomando as duas vertentes mais importantes das lutas sociais recentes no Brasil;

4) tem uma *estruturação nacional*, com forte base social que lhe dá *dinâmica, vitalidade e movimento* e, desse modo, possibilita aos trabalhadores vislumbrar uma *vida cotidiana dotada de sentido*, na medida em que o MST lhes permite lutar por algo muito concreto, que é ter a posse da terra através da ação e da resistência coletivas. Isso dá a este movimento muita força e vigor. Na brutal exclusão social do país, há um manancial de força social a ser organizada pelo MST. E, quanto maior sua importância, *quanto maior forem seus laços com os trabalhadores urbanos*, mais sua experiência ajudará na retomada das lutas sindicais de classe no Brasil. E o fato do MST ter como eixo de sua ação as *lutas sociais concretas*, tem sido decisivo como fonte de inspiração também para a esquerda sindical, para que estes setores não se vejam envolvidos no ideário das parcerias, ideologicamente subordinado ao capital, mas atuem diretamente, enquanto um *movimento sindical, social e político* capaz de participar da construção de uma sociedade *para além do capital*.

É, portanto, necessário redesenhar um projeto alternativo socialista, que resgate os valores mais essenciais da humanidade. Um bom ponto de partida para tal ação é desenvolver uma crítica contemporânea e profunda à (des)sociabilização da humanidade sob o capital. Tendo, entretanto, como *centralidade e eixo* decisivos, as *ações sociais dos trabalhadores do campo e das cidades* em seus movimentos sociais, sindicais e políticos que contestam e confrontam a lógica destrutiva do capital.